

## Anexo I do CCP

[com a redação atualizada em conformidade com o Decreto-lei n.º 149/2012, de 12 de julho]

**1- Nuno Silvério Castanheiro de Matos Nunes**, titular do Cartão de Cidadão 10149834 9ZY2, válido até 29.06.2021, contribuinte n.º 203755030, com domicílio profissional na Avenida Fontes Pereira de Melo, n.º 40, em Lisboa na qualidade de procurador da **MEO - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, S.A.**, sociedade anónima, com sede em Lisboa, na Av. Fontes Pereira de Melo, nº 40 em Lisboa, número de matrícula e identificação fiscal 504 615 947, com o capital social atual de 230.000.000,00 euros, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do Procedimento de **Ajuste Direto A-4/B-25/2017** lançado pela **Câmara Municipal de Vila do Bispo**, para **"Aquisição de serviços de comunicações móveis de voz e dados"**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

**2-** Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- a. Declaração relativa ao artigo 57º do CCP – Anexo I do CCP;
- b. Carta justificativa do Anexo I do CCP;
- c. Certidão permanente de registo de procurações – MEO;
- d. Certidão permanente - MEO;
- e. A Proposta.

**3-** Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

**4-** Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
- b) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional;

- c) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
- f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto -Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos;
- g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho;
- h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;
- i) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados, por sentença transitada, em julgado por alguns dos seguintes crimes:
  - i) Participação em atividades de uma organização crimínosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
  - ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
  - iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
  - iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos

Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6- Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7-O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Lisboa, 08 de setembro de 2017





**Câmara Municipal de Vila do Bispo**

**Ajuste Direto A-4/B-25/2017**

**“Aquisição de serviços de comunicações móveis de voz e dados”**

**Assunto:** Declaração a que se refere alínea a) do nº 1, do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos

Exmos. Senhores,

Em cumprimento do disposto no Caderno de Encargos do procedimento de **Ajuste Direto** para **“Aquisição de serviços de comunicações móveis de voz e dados”** envia-se, em anexo, a Declaração a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 57º, a qual obedece ao modelo que constitui o Anexo I ao Código dos Contratos Públicos e cujas alíneas f) e j) do número 4 apresentam a redação que lhes foi dada pelo Decreto-Lei nº 149/2012, de 12 de julho.

Apesar de não se ter conseguido encontrar a publicação oficial de qualquer declaração de retificação daquele Decreto-Lei, afigura-se-nos que a aludida alínea f) do número 4 apresenta uma inexatidão, pois, tal como está, não faz qualquer sentido na economia do Anexo I ao Código dos Contratos Públicos, razão pela qual se procedeu à respetiva retificação da redação, de modo a que a mesma reflita uma leitura conforme com o disposto no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, declarando que a MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. não foi objeto de aplicação da sanção acessória a que a mencionada alínea se refere.

Por outro lado, também se procedeu à retificação do teor da alínea g) da referida Declaração, já que, face à aprovação do novo Código do Trabalho, pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, a disposição correta deixou de ser o artigo 627º, n.º 1, alínea b), passando a ser o artigo 562.º, n.º 2, alínea b), do Código do trabalho.

Com os melhores cumprimentos,



W.F.



João Maia  
Rodrigues

2  
f1

### SUBSTABELECIMENTO

No dia três de julho de dois mil e quinze, na Avenida Fontes Pereira de Melo, número quarenta, em Lisboa, perante mim, Joana Cardeal Patrão Freitas dos Santos, Notária e Oficial Público em substituição de João Carlos Cristóvão de Maia Rodrigues, Oficial Público e respetivo Notário com Cartório sito na Avenida Cinco de Outubro, número dezassete, primeiro andar, nesta cidade, compareceu:

JOÃO ZÚQUETE DUTSCHMANN DE JESUS DA SILVA, solteiro, maior, natural da freguesia de São Sebastião da Pedreira, concelho de Lisboa, com domicílio profissional na sede da sua representada.

O qual intervém na **qualidade** de **procurador**, da sociedade comercial anónima "**MEO — Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.**", com sede na Avenida Fontes Pereira de Melo, número quarenta, freguesia de Arroios, concelho de Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de identificação de pessoa coletiva 504.615.947, com o capital social de duzentos e trinta milhões de euros.

#### Verifiquei:

a) A **identidade** do outorgante pela exibição do cartão de cidadão com o número 08845834 2ZZZ, válido até 30.11.2016 emitido pela entidade competente da República Portuguesa.

b) A **qualidade** do outorgante por procuração outorgada neste cartório em vinte e cinco de junho de dois mil e quinze.

#### E POR ELE FOI DITO:

Que, pelo presente instrumento, substabelece em:

\_\_\_\_ **Mário João Beirão Seborro**, casado, natural da freguesia de São Sebastião da Pereira, concelho de Lisboa, com domicílio profissional na Avenida Fontes Pereira de Melo, número quarenta, Lisboa; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ **José Pedro Belard da Fonseca Lopes Raimundo**, casado, natural da freguesia de São Sebastião da Pedreira, concelho de Lisboa, com domicílio profissional na Avenida Fontes Pereira de Melo, número quarenta, Lisboa; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ **António José Monteiro Saraiva**, casado, natural da freguesia de Nossa Senhora de Fátima, concelho de Lisboa, com domicílio profissional na Avenida Fontes Pereira de Melo, número quarenta, Lisboa; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ **Ana Sofia Nuno da Silva Ricardo Marques**, casada, natural da freguesia de São Sebastião da Pedreira, concelho de Lisboa, com domicílio profissional na Avenida Fontes Pereira de Melo, número quarenta, Lisboa; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ **Abel Fernando do Rosário Arsénio do Ó**, casado, natural da freguesia e concelho de Santiago do Cacém, com domicílio profissional na Avenida Fontes Pereira de Melo, número quarenta, Lisboa; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ **Maria Helena Pinho Soares da Costa**, divorciada, natural da freguesia de Alvarenga, concelho de Arouca, com domicílio profissional na Avenida Fontes Pereira de Melo, número quarenta, Lisboa; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ **Isabel Maria Galvão dos Reis Jesus**, casada, natural da freguesia de Almargem do Bispo, concelho de Sintra, com domicílio profissional na Avenida Fontes Pereira de Melo, número quarenta, Lisboa; \_\_\_\_\_



João Maia  
Rodrigues

2  
F 8

**António Carlos Ramos da Silva César**, casado, natural da freguesia de Moscavide, concelho de Loures, com domicílio profissional na Avenida Fontes Pereira de Melo, número quarenta, Lisboa; \_\_\_\_\_

**João Carlos Valadares de Sousa Ferreira**, casado, natural da Beira, Moçambique, com domicílio profissional na Avenida Fontes Pereira de Melo, número quarenta, Lisboa; \_\_\_\_\_

**Rui Manuel Duarte Melo Silva**, casado, natural de Luanda, Angola, com domicílio profissional na Avenida Fontes Pereira de Melo, número quarenta, Lisboa; \_\_\_\_\_

**João Paulo Neves Correia**, casado, natural da freguesia de São Roque, concelho do Funchal, com domicílio profissional na Rua João de Deus, número seiscentos e trinta e seis, Porto; \_\_\_\_\_

**Florentino Alberto Pereira dos Santos**, casado, natural da freguesia de Paranhos, concelho do Porto, com domicílio profissional na Rua João de Deus, número seiscentos e trinta e seis, Porto; \_\_\_\_\_

**Luís Miguel Arantes de Passos Sousa**, casado, natural da freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Viana do Castelo, com domicílio profissional Rua João de Deus, número seiscentos e trinta e seis, Porto; \_\_\_\_\_

**Marco António Moniz Graça**, casado, natural de Guiné-Bissau, com domicílio profissional na Avenida Combatentes da Grande Guerra, número cem, Aveiro; \_\_\_\_\_

**Rui Manuel de Jesus Felício**, casado, natural da freguesia de São Sebastião da Pedreira, concelho de Lisboa, com domicílio profissional na Avenida Fontes Pereira de Melo, número quarenta, Lisboa; \_\_\_\_\_

**Paulo Jorge Ferreira Pires**, divorciado, natural da freguesia de Sé Nova, concelho de Coimbra, com domicílio profissional na Rua General Humberto Delgado, número trezentos e sessenta e oito, Coimbra; \_\_\_\_\_

**Pedro Miguel Lourenço Pacheco da Silva**, casado, natural da freguesia de Santos-o-Velho, concelho de Lisboa, com domicílio profissional na Avenida Fontes Pereira de Melo, número quarenta, Lisboa; \_\_\_\_\_

**José Alberto Ferreira Maurício de Carvalho**, casado, natural da freguesia de Sé Nova, concelho de Coimbra, com domicílio profissional na Rua General Humberto Delgado, número trezentos e sessenta e oito, Coimbra; \_\_\_\_\_

**Ana Maria da Cruz e Noronha Pais de Ramos Soler**, divorciada, natural da freguesia de Santa Maria de Belém, concelho de Lisboa, com domicílio profissional na Avenida Fontes Pereira de Melo, número quarenta, Lisboa; \_\_\_\_\_

**Rui Miguel Pedro Soares**, casado, natural da freguesia de São Pedro, concelho de Covilhã, com domicílio profissional na Avenida Fontes Pereira de Melo, número quarenta, Lisboa; \_\_\_\_\_

**Rui Alexandre Neto de Almeida**, solteiro, maior, natural da freguesia de São Cristóvão e São Lourenço, concelho de Lisboa, com domicílio profissional na Avenida Fontes Pereira de Melo, número quarenta, Lisboa; \_\_\_\_\_

João Maia  
Rodrigues

2x

f 3

\_\_\_\_ **Ana Sílvia Miguens Laja**, solteira, maior, natural da freguesia de Santo Condestável, concelho de Lisboa, com domicílio profissional na Avenida Fontes Pereira de Melo, número quarenta, Lisboa; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ **Fernando António dos Santos Rodrigues**, casado, natural da freguesia de São Cipriano, concelho de Viseu, com domicílio profissional na Praça Vasco da Gama, Ponta Delgada; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ **Nuno Miguel da Graça Teixeira Bernardo**, solteiro, maior, natural da freguesia de Mártires, concelho de Lisboa, com domicílio profissional na Avenida Fontes Pereira de Melo, número quarenta, Lisboa; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ **José Luís do Lago Barreiro**, divorciado, natural da freguesia de Salvador, concelho de Arcos de Valdevez, com domicílio profissional na Rua Tenente Valadim, número quatrocentos e trinta e um/quatrocentos e cinquenta e três, Porto; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ **Rui Manuel Ponte dos Reis**, casado, natural de Moçambique, com domicílio profissional na Rua Tenente Valadim, número quatrocentos e trinta e um/quatrocentos e cinquenta e três, Porto; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ **Nuno Silvério Castanheiro de Matos Nunes**, solteiro, maior, natural da freguesia de Estoril, concelho de Cascais, com domicílio profissional na Avenida Fontes Pereira de Melo, número quarenta, Lisboa; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ **Adelaide Maria Ribeiro de Carvalho**, divorciada, natural da freguesia de Santo Contestável, concelho de Lisboa, com domicílio

profissional na Rua de Entrecampos, número vinte e oito, Lisboa; \_\_\_\_\_

**Maria Gabriela Nogueira da Silva Rosa**, divorciada, natural de Moçambique, com domicílio profissional na Avenida Fontes Pereira de Melo, número quarenta, Lisboa; \_\_\_\_\_

**Ana Paula Gonçalves Barata**, solteira, maior, natural da freguesia de Arroios, concelho de Lisboa, com domicílio profissional na Avenida Fontes Pereira de Melo, número quarenta, Lisboa; \_\_\_\_\_

**Vanessa Miriam da Silva Godinho**, casada, natural da freguesia de São Sebastião da Pedreira, concelho de Lisboa, com domicílio profissional na Avenida Fontes Pereira de Melo, número quarenta, Lisboa; \_\_\_\_\_

**Jaquelina Maria Sanches Brito Fortes**, casada, natural da freguesia de São Jorge de Arroios, concelho de Lisboa, com domicílio profissional na Avenida Fontes Pereira de Melo, número quarenta, Lisboa; \_\_\_\_\_

**Ana Isabel Pinto Bôcas**, casada, natural da freguesia e concelho de Gavião, com domicílio profissional na Avenida Fontes Pereira de Melo, número quarenta, Lisboa; \_\_\_\_\_

**Mário Luís Vitorino de Sousa**, casado, natural da freguesia e concelho de Caldas da Rainha, com domicílio profissional na Avenida Fontes Pereira de Melo, número quarenta, Lisboa; \_\_\_\_\_

**João António de Almeida Pupo Correia**, casado, natural da freguesia de São Julião, concelho de Gouveia, com domicílio profissional na Avenida Zarco, número sete, Funchal; \_\_\_\_\_

João Maia  
Rodrigues

*A*

\_\_\_\_ **Marcelo Nuno Abreu de Freitas**, casado, natural da freguesia do Monte, concelho do Funchal, com domicílio profissional na Avenida Zarco, número sete, Funchal; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ **César Manuel Faria Malheiro**, casado, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, concelho de Lagoa, com domicílio profissional na Praça Vasco da Gama, Ponta Delgada; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ **Roberto de Amaral Andrade**, casado, natural de Lourenço Marques, Moçambique, com domicílio profissional na Praça Vasco da Gama, Ponta Delgada; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ **Ana Catarina Carvalho Alves Cordeiro Batista da Silveira**, casada, natural da freguesia de São José, concelho de Ponta Delgada, com domicílio profissional na Praça Vasco da Gama, Ponta Delgada; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ **Rui Paulito Marques**, casado, natural de Moçambique, com domicílio profissional na Avenida Zarco, número sete, Funchal; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ **Jorge Manuel Sequeira Rodrigues**, casado, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de Vila Real, com domicílio profissional na Avenida Zarco, número sete, Funchal; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ **João Carlos Ventura Sousa**, casado, natural da freguesia de São Pedro e Santiago, concelho de Torres Vedras, com domicílio profissional na Avenida Fontes Pereira de Melo, número quarenta, Lisboa; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ **Maria Fernanda Carvalho Santos Ribeiro**, casada, natural da freguesia de Santa Maria de Belém, concelho de Lisboa, com domicílio profissional na Avenida Fontes Pereira de Melo, número quarenta, Lisboa.

Os poderes que lhe foram conferidos pela sociedade comercial anónima **"MEO — Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A."** por procuração de vinte e cinco de junho de dois mil e quinze, mas apenas quanto aos poderes para, representar a mandante em todos os atos e contratos relativos a fornecimentos e prestação de serviços de telecomunicações ou comunicações eletrónicas, locação de bens móveis e de serviços, e ainda assinar as propostas e candidaturas a concursos públicos ou outros, bem como assinar todos os documentos complementares, comparecer e intervir nos atos públicos dos concursos ou de abertura de propostas, apresentar reclamações e recursos hierárquicos, declarar o que tiver por conveniente em audiências prévias, solicitar quaisquer esclarecimentos, comparecer e intervir nas sessões de negociação, ajustar preços e demais condições contratuais, assinar os correspondentes contratos, requerer junto da entidade adjudicante a cessão da posição contratual, receber quaisquer quantias e delas dar quitação, proceder à ratificação de quaisquer atos ou contratos, tudo nos termos que entender como convenientes.

Os mandatários poderão atuar isoladamente no exercício do presente mandato.

ASSIM O DISSE E OUTORGOU POR MINUTA, QUE RESTITUÍ.

Este instrumento foi lido ao outorgante e ao mesmo tempo explicado o seu conteúdo.

A Notária,

Registada sob o nº

100 2/546/001/2015

# João Maia Rodrigues

N O T A R I O

## PROCURAÇÃO NOTARIAL

\_\_\_\_\_ No dia vinte e cinco de junho de dois mil e quinze, na Avenida Fontes Pereira de Melo, número quarenta, em Lisboa, perante mim, João Carlos Cristóvão de Maia Rodrigues, Oficial Público e Notário do Cartório sito na Avenida Cinco de Outubro, número dezassete, primeiro andar, nesta cidade, compareceu:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **ARMANDO PEREIRA**, casado, natural da freguesia de Guilhofrei, concelho de Vieira do Minho, com domicílio em Chemin de la Fontaine 2, 1009 Pully, Suíça.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O qual Intervém na **qualidade de Presidente do Conselho de Administração**, com os necessários poderes para o ato, em representação da sociedade comercial anónima "**MEO — Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.**", com sede na Avenida Fontes Pereira de Melo, número quarenta, freguesia de Arroios, concelho de Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de identificação de pessoa coletiva 504.615.947, com o capital social de duzentos e trinta milhões de euros.\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Verifiquei**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ a) A **identidade** do outorgante pela exibição do passaporte com o número 14DC72023, emitido pela República Francesa em 24.09.2014 e válido até 23.09.2024.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ b) A **qualidade** através da consulta na data de hoje da certidão permanente com o código de acesso 1448-2308-2504, subscrita em 11.07.2008 e válida até 15.11.2015 e os **poderes** pela Ata avulsa da



reunião do Conselho de Administração realizada no dia vinte e cinco de Junho de dois mil e quinze. \_\_\_\_\_

**\_\_\_ E POR ELE FOI DITO: \_\_\_\_\_**

\_\_\_ Que, pelo presente instrumento, constitui procurador da sociedade sua representada: \_\_\_\_\_

\_\_\_ **João Zúquete Dutschmann de Jesus da Silva**, com domicílio profissional na Avenida Fontes Pereira de Melo, n.º 40, Lisboa, titular do cartão do cidadão com o número 08845834, emitido pela República Portuguesa e válido até 30.11.2016, e do número de identificação fiscal 197.508.430; \_\_\_\_\_

\_\_\_ A quem, com a faculdade de substabelecer, uma ou mais vezes, no todo ou em parte, confere os poderes necessários para: \_\_\_\_\_

\_\_\_ **A) Representar a Mandante em todos os atos e contratos, incluindo contratos-promessa relativos à aquisição, modificação ou alienação de direitos de propriedade, superfície, usufruto, servidão, justificação por usucapião de quaisquer bens ou direitos imobiliários, assinando propostas, contratos e quaisquer outros documentos em nome da Mandante, constituição de propriedade horizontal, permuta, arrendamento, locação civil e financeira e outorgando todos os atos públicos ou particulares, incluindo escrituras, mesmo de retificação, necessários para a realização daqueles contratos, tudo, incluindo ainda vender, permutar, ou por qualquer forma alienar ou onerar viaturas automóveis, ligeiros e pesados, motociclos, reboques e quaisquer veículos de qualquer género, e requerer todos os atos de registo necessários, junto das competentes Repartições e Conservatórias a respeito das mesmas viaturas, bem como o averbamento**



# João Maia Rodrigues

N O T Á R I O

de aquisição a favor da sociedade Mandante, podendo também assinar contratos de aluguer ou *leasing* de viaturas, todas e quaisquer declarações amigáveis de acidente automóvel e cartas verdes, em representação da Mandante e na qualidade de segurada, nos termos que entender convenientes, podendo receber quaisquer quantias e delas dar quitação e, ainda, proceder à ratificação de quaisquer atos ou contratos;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_B) Requerer e assinar autos, termos e todos os outros documentos públicos e particulares necessários para a realização dos atos que ficam individualizados, incluindo relatórios de peritagem e todos os documentos inerentes a qualquer processo de contraordenação rodoviária;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_C) Proceder em nome da Mandante, nos termos que entender mais adequados, a operações de loteamento urbano ou destaque de prédios propriedade da Mandante, praticando em nome desta, junto das Câmaras Municipais e demais entidades, públicas e privadas, todos os atos e diligências necessárias à aprovação das referidas operações, podendo requerer tudo quanto se mostre necessário à prossecução de tais fins, designadamente apresentando os respetivos projetos e requerendo a sua aprovação, alteração e substituição, bem como a emissão de licenças e de dispensa das mesmas, certidões e alvarás;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_D) Requerer todos e quaisquer atos de registo provisórios e definitivos, incluindo averbamentos e cancelamentos, perante as Conservatórias de Registo Predial e Comercial ou outras entidades, fazendo minutas e declarações complementares apresentando títulos e documentos e receber os que não devam ficar arquivados; e ainda requerer e assinar autos,



termos e todos os outros documentos públicos e particulares necessários para a realização dos atos que ficam individualizados; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_E) Assinar, em nome da Mandante, quaisquer documentos, declarações, e/ou requerimentos a ser apresentados junto das entidades Fiscais, Judiciais ou outros Organismos Oficiais, bem como perante Agentes de Execução, praticando e assinando tudo o que for necessário e instrumental aos aludidos fins; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_F) Representar a mandante em todos os atos e contratos relativos a empreitadas, fornecimentos, prestação de serviços de telecomunicações ou comunicações eletrônicas, locação e aquisição de bens móveis e de serviços, e ainda assinar as propostas e candidaturas a concursos públicos ou outros, bem como assinar todos os documentos complementares, comparecer e intervir nos atos públicos dos concursos ou de abertura de propostas, apresentar reclamações e recursos hierárquicos, declarar o que tiver por conveniente em audiências prévias, solicitar quaisquer esclarecimentos, comparecer e intervir nas sessões de negociação, ajustar preços e demais condições contratuais, assinar os correspondentes contratos, requerer junto da entidade adjudicante a cessão da posição contratual, receber quaisquer quantias e delas dar quitação, proceder à ratificação de quaisquer atos ou contratos, tudo nos termos que entender como convenientes; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_G) No âmbito da Gestão de Projetos e Obras, da Conservação e Manutenção de Edifícios, da Gestão de Espaços, da Segurança de Edifícios, da Gestão de Frota Operacional e Parques, da Correspondência e Estafetagem e dos Equipamentos Administrativos: \_\_\_\_\_

João Maia  
Rodrigues  
N O T Á R I O

- \_\_\_\_a) Aprovar todas as despesas relativas a Exploração e Investimento no âmbito das áreas de *Facilities* acima discriminadas;\_\_\_\_\_
- \_\_\_\_b) Aprovar méritos de compra para Acordos Quadro e Compras Globais de serviços transversais;\_\_\_\_\_
- \_\_\_\_c) Proceder, de forma isolada, à realização de pedidos de reexpedição de correspondência, aquisição e renovação de Apartados, autorizações de RSF e remessas livres, bem como requerer e assinar, em nome da Mandante, os impressos e todos os documentos necessários à prossecução dos atos supra individualizados, e demais atos relativos a serviços postais associados, incluindo o levantamento de correspondência registada dirigida à Mandante, proveniente de Portugal ou de país estrangeiro, nomeadamente junto dos CTT e de quaisquer outras entidades de serviços de distribuição postal;\_\_\_\_\_
- \_\_\_\_d) Assinar encomendas, contratos de compra e venda de bens e serviços, empreitadas e fornecimentos sem limite de valor, e outorgando todos os atos necessários para a execução daqueles contratos, nos termos que entender convenientes e, ainda, proceder à ratificação de quaisquer atos ou contratos;\_\_\_\_\_
- \_\_\_\_e) Assinar os documentos necessários para proceder a despachos nas alfândegas, bem como assinar e endossar documentos de carga, terrestres, marítimos e aéreos;\_\_\_\_\_
- \_\_\_\_H) Representar a Mandante em todos os jogos afins dos jogos de fortuna e azar, passatempos, sorteios, concursos publicitários ou tómbolas que esta promova, nos termos da Lei do Jogo (aprovada pelo Decreto-Lei n.º 422/89, alterado pelo Decreto-Lei n.º 64/2015 ou diploma que o

3

substitua ou altere), junto de qualquer entidade pública ou privada,  
nomeadamente da Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna.

\_\_\_ASSIM O DISSE E OUTORGOU POR MINUTA, QUE RESTITUI. \_\_\_

\_\_\_Este instrumento foi lido ao outorgante e ao mesmo explicado o seu  
conteúdo e conferida fé pública por delegação do Estado Português. \_\_\_

 O Notário,

Registada sob o nº

Fac. 2/918/003/2015

*Handwritten signature*  
1/2



## MUNICIPIO DE VILA DO BISPO

Ajuste Direto MGD 34326

“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES MÓVEIS DE VOZ E DADOS”

Faro, 11/09/2017

Número de proposta: 3414122

Copyright©MEO

Esta proposta e seu conteúdo são propriedade intelectual da MEO, protegida nos termos do Decreto-Lei Nº 63/85, de 14 de março – Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos. A divulgação, transição ou reprodução desta proposta não é permitida sem prévia autorização, por escrito da MEO. A presente proposta foi preparada exclusivamente no âmbito e para efeitos do presente procedimento. A mesma é por isso destinada à Entidade Adjudicante, sendo no remanescente confidencial, sem prejuízo do direito legal de consulta e de acesso aos documentos constantes do procedimento, que assista aos restantes concorrentes/candidatos.

# Índice

<b>Aceitação do Caderno de Encargos.....</b>	<b>3</b>
<b>Solução Proposta .....</b>	<b>4</b>
<b>1. Sumário Executivo.....</b>	<b>4</b>
<b>2. Solução Proposta .....</b>	<b>5</b>
2.1. Descrição do serviço Serviço VPNCC.....	5
<b>3. Condições Financeiras .....</b>	<b>10</b>
3.1. Serviço VPNCC- Redes Privadas de Voz com Controlo de Custos.....	10
3.2. VPN parte Móvel.....	10
3.3. Condições de Faturação e Pagamento .....	11
3.4. Duração do Contrato .....	11
3.5. IVA.....	11
<b>4. Condições Gerais de Fornecimento.....</b>	<b>12</b>
4.1. Efeitos da Adjudicação.....	12
4.2. Prazo de Implementação da Solução.....	12
4.3. Cessação Antecipada de contrato .....	12
4.4. Cedência de equipamentos .....	13
4.5. Assistência técnica .....	14
<b>5. Disposições Finais.....</b>	<b>15</b>
5.1. Prazo de validade da proposta .....	15
5.2. Confidencialidade e Sigilo .....	15
<b>Anexos .....</b>	<b>16</b>
<b>1. Descrição dos Serviços Propostos .....</b>	<b>16</b>
<b>2. Resumo das características do serviço .....</b>	<b>16</b>
<b>3. VPN Parte Fixa.....</b>	<b>17</b>
<b>4. VPN Parte Móvel.....</b>	<b>17</b>

## Aceitação do Caderno de Encargos

---

A MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A., concorrente ao presente procedimento, aceita, sem reservas, todo o conteúdo do Caderno de Encargos, pelo que deve considerar-se como não escrito qualquer conteúdo desta Proposta relativamente a quaisquer aspetos não submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos e que, inserido por lapso, possa ser interpretado como contraditório com este.

Todas as condições de fornecimento, requisitos, pressupostos ou equivalentes que possam constar da presente Proposta são atributos da mesma, não constituindo, nem visando constituir quaisquer condicionantes ao Caderno de Encargos e aos fornecimentos ou prestação dos serviços objeto nele previstos, mas antes, afloramentos do dever de colaboração mútua entre as partes, cujo corolário se encontra vertido no artigo 289º do Código dos Contratos Públicos.

# Solução Proposta

---

## 1. Sumário Executivo

Após uma análise aprofundada das necessidades do **MUNICIPIO DE VILA DO BISPO** ao nível de Comunicações Móveis, o MEO, tem o prazer de apresentar uma proposta para a prestação de serviços que, certamente, irá satisfazer os requisitos pretendidos no Caderno de Encargos.

O Solução consiste nos serviços:

- **Serviço VPNCC - Redes Privadas de Voz com Controlo de Custos**

Tendo em consideração o âmbito e plano de trabalhos, contamos implementar a solução proposta no prazo de 4 semanas, contando para tal com um alargado conjunto de meios, donde se destaca uma equipa de elevada competência e experiência na execução de projetos desta natureza.

**A presente proposta representa um Preço Contratual Total de 17.592,00€ (dezassete mil quinhentos e noventa e dois euros) acresce IVA à Taxa Legal em Vigor no valor de 23%.**

O valor final da proposta foi calculado com base no somatório das mensalidades dos 64 cartões com 120 minutos/cartão/sms, das mensalidades de internet dos 4 cartões de voz, das mensalidades dos 8 cartões de dados e do diferencial de minutos/sms entre o perfil de tráfego indicado no caderno de encargos e os minutos/sms incluídos no pacote mensal de minutos.

A presente proposta, para além das vantagens funcionais, técnicas e operacionais associadas à solução preconizada, apresenta um investimento otimizado no valor total referido nas Condições Financeiras tendo por base contrato/s com a duração de 3 (três) anos a celebrar entre o Cliente e a MEO.

Estamos, naturalmente, à V. inteira disposição para qualquer esclarecimento que entendam por conveniente.



## 2. Solução Proposta

A solução apresentada na presente proposta contempla o fornecimento dos seguintes serviços:

### 2.1. Descrição do serviço Serviço VPNCC

“Descrição dos serviços propostos: Memória descritiva sumária, desenho da solução, componentes de comunicações, quando tal se aplica”. Com o serviço VPNCC - Redes Privadas de Voz com Controlo de Custos MEO é possível criar uma rede privada com as extensões telefónicas da sua empresa, associada a um tarifário muito vantajoso.

A rede privada poderá ser constituída não só pelos telemóveis da empresa (com cartões pós-pagos MEO), mas também pelos telefones fixos, estabelecendo-se uma ligação da central telefónica à rede MEO.

Com a VPNCC, os colaboradores da sua empresa poderão comunicar entre eles, quer estejam no escritório ou em mobilidade, utilizando números abreviados com 2 a 8 dígitos.

#### 2.1.1. Características do Serviço VPNCC

As extensões móveis e fixas que pertencem à rede constituem os elementos OnNet da VPN - tendo por base cartões pós-pago MEO - VPN Parte Móvel, ou cartões fictícios que representam a interligação ao PABX da empresa - VPN Parte Fixa. Os restantes números que não pertencem à VPN são os elementos OffNet.

Adicionalmente, é possível atribuir um plano de numeração privado a números que não pertencem à VPN (nacionais ou internacionais) - extensões VirtualOnNet.

#### 2.1.2. Modelos de contas da VPN e consumo de Plafond

A VPN tem associado um conjunto variável de contas VPN, as quais, por sua vez, terão um número variável de cartões pós-pagos agregados por um elemento que os identifica (VPN\_ID).

A possibilidade de definição de contas VPN responde à necessidade de imputação de custos a centros de custo distintos da sua empresa.

Dentro de cada conta VPN é definido um plafond mensal de 120 minutos por cartão, para comunicações de Voz+Fax+Dados+SMS, a realizar pelos cartões pós-pagos com destino nos números MEO+MEO Rede Fixa+Outros Operadores.

O plafond é partilhado na conta VPN neste caso, o plafond global da conta será o somatório dos plafonds dos vários cartões que a integram e será partilhado, por ordem de realização das chamadas.

É também possível que o plafond da conta não seja partilhado entre os cartões que a constituem, ficando cada cartão com o seu plafond.

O plafond está associado a cada conta (de cartões pós-pagos) e não às várias contas do identificador VPN\_ID.

Os minutos do plafond, não consumidos num determinado mês deverão ser consumidos até ao fim do 6º mês após a sua atribuição perdendo-se nessa data, o direito aos mesmos.

As comunicações realizadas (na VPN Parte Móvel e/ou VPN Parte Fixa) serão deduzidas, em primeiro lugar, ao plafond mensal de minutos do mês em curso e só posteriormente aos minutos acumulados nos meses anteriores.

Caso defina como tráfego da VPN as comunicações de Voz+Fax+Dados+SMS, será debitado um impulso de 30 segundos ao plafond de minutos por cada SMS enviado. Não é possível barrar o envio de SMS.

### 2.1.3. Controlo de Custos

O serviço VPN com Controlo de Custos permite, através da agregação dos conceitos pós e pré-pago, que a fatura recebida no final do mês não seja uma surpresa.

O serviço VPN com Controlo de Custos assenta na definição de três variáveis:

- **Plafond Mensal de Minutos** – Corresponde a um número de minutos atribuídos mensalmente por cartão e utilizáveis apenas nas chamadas elegíveis de acordo com a tipologia de tráfego contratada;
- **Extraplafond Monetário** – Corresponde a um valor monetário máximo disponível por utilizador, consumível em chamadas não elegíveis para o plafond ou, por todas as chamadas uma vez esgotado o plafond. Uma vez esgotado o valor de Extraplafond Monetário, o utilizador terá de dispor de Saldo Recarregável para conseguir efetuar chamadas. Existem os seguintes valores disponíveis para o Extraplafond Monetário: € 0, € 5, € 10, € 15, € 20, € 25, € 30, € 40, € 50, € 75, € 100, € 125, € 150 e ilimitado;
- **Saldo Recarregável** – Corresponde a um valor monetário que será utilizado depois de esgotado o Plafond de Minutos e /ou o Extraplafond Monetário. As recargas poderão ser efetuadas no Multibanco.

Tendo por base as três variáveis anteriores é possível definir diferentes tipos de configuração, por cartão.

#### 2.1.3.1. Cartões que apenas dispõem de Plafond de Minutos e Saldo Recarregável

Com esta parametrização, os utilizadores deverão ter Saldo Recarregável disponível, para efetuar chamadas não elegíveis para o tipo de tráfego do Plafond de Minutos contratado ou após esgotar o plafond.

No mês da ativação de um novo cartão deste tipo será atribuído um saldo inicial de € 4,132 + IVA. Este valor será debitado na primeira recarga que o utilizador efetuar. Se não ocorrer nenhuma recarga durante os 3 primeiros meses, este valor será debitado na fatura do cliente.

#### 2.1.3.2. Cartões que dispõem de Plafond de Minutos, Extraplafond Monetário e Saldo Recarregável

Nesta situação, os clientes dispõem de um valor Extraplafond Monetário que poderão utilizar na realização de chamadas não elegíveis para o Plafond de Minutos contratado ou de chamadas elegíveis após esgotado o plafond.

Uma vez esgotado o Extraplafond Monetário, os clientes só poderão continuar a realizar chamadas se existir Saldo Recarregável disponível. No mês da ativação de um novo cartão deste tipo será atribuído um saldo inicial de € 4,132 + IVA. Este valor será debitado na primeira recarga que o utilizador efetuar. Se não ocorrer nenhuma recarga durante os 3 primeiros meses, este valor será debitado na fatura do cliente.

#### 2.1.3.3. Cartões que dispõem de Plafond de Minutos e Extraplafond Monetário Ilimitado

Neste caso, se os clientes pretenderem efetuar chamadas que não sejam elegíveis para o Plafond de Minutos contratado ou chamadas elegíveis mas com o plafond já esgotado, dispõem de um valor Extraplafond Monetário Ilimitado. Estes clientes não terão de recorrer à utilização de Saldo Recarregável.

A mesma conta VPN poderá ter cartões com os três tipos de configuração acima apresentados.

#### 2.1.4. Consultas disponíveis

O serviço VPN com controlo de Custos permite através da linha 12044 ou marcando \*#123#, que o utilizador seja informado de:

- Plafond de Minutos disponível no seu cartão, em minutos; se o Plafond Mensal de Minutos for partilhado na conta, esta informação apenas estará disponível para o Administrador da conta;
- Valor consumido do Extraplafond Monetário, em Euros;
- Saldo recarregável disponível, em Euros.

**Nota:** As chamadas efetuadas e/ou recebidas em Roaming não estão disponíveis para consulta, e não são debitadas ao plafond mensal de minutos, ao extraplafond, nem ao saldo recarregável, sendo incluídas na fatura do cliente.

A consulta é ilíquida de descontos. Os eventuais descontos a aplicar às comunicações realizadas fora do Plafond, só são contabilizados no processamento da fatura.

### 2.1.5. Notificações

Os utilizadores recebem as seguintes notificações por SMS:

- **Plafond de Minutos** se o plafond de minutos na conta não for partilhado, cada utilizador terá acesso ao seu plafond de minutos disponível. Se o plafond de minutos for partilhado na conta, apenas o(s) administrador(es) da conta terão a informação do Plafond.

- **Limite de Plafond** – quando se atinge 92% do plafond mensal consumido

Fim de Plafond de Minutos da conta

- **Extraplafond Monetário** (Configurável, por defeito S / N)

Limite de Extraplafond – quando se atinge 80% do Extraplafond Monetário contratado

- **Saldo Recarregável**

Limite de Saldo – Valor do Saldo Recarregável inferior a € 5 + IVA

Fim de Saldo – Saldo Recarregável esgotado

### 2.1.6. Recargas

As recargas de Saldo serão efetuadas na rede Multibanco. Quando a recarga é realizada o utilizador é notificado por SMS com a indicação do valor da recarga assim como do total de Saldo Recarregável disponível.

Quando ocorre a primeira recarga em cartões que apenas dispõem de Plafond de Minutos será debitado ao valor da recarga o saldo inicialmente atribuído (€ 4,167 + IVA) neste caso, o utilizador também será notificado por SMS. Se no período de 3 meses não for efetuada nenhuma recarga o valor do Saldo inicialmente atribuído será debitado na fatura do cliente.

### 2.1.7. Faturação

Serão enviados para o cliente os seguintes documentos respeitantes à faturação do serviço VPN com Controlo de Custos:

#### 2.1.7.1. Fatura/Recibo que inclui:

- Mensalidade / Valor do Pacote de Minutos
- Consumo Extraplafond – Chamadas por tipologias
- Chamadas efetuadas e/ou recebidas em Roaming
- Descontos Contratados

#### 2.1.7.2. Fatura Detalhada que inclui:

Discriminação das comunicações efetuadas dentro do Plafond Mensal de Minutos, debitadas ao Extraplafond e efetuadas/recebidas em Roaming.

Será enviado, se solicitado, o Extrato Detalhado incluindo a discriminação das comunicações debitadas ao Saldo Recarregável.

#### 2.1.7.3. Outras

A componente fixa do serviço VPN com Controlo de Custos terá sempre um Plafond de Minutos contratado e um valor de Extraplafond Monetário Ilimitado.

### 3. Condições Financeiras

Apresentam-se de seguida as condições comerciais para a implementação da solução proposta:

#### 3.1. Serviço VPNCC- Redes Privadas de Voz com Controlo de Custos

O tarifário proposto baseia-se na utilização de um identificador VPN ID que agrega uma conta do tipo VPN (Centros de Custos VPN), esta conta tem associados 64 cartões pós-pagos da VPN Parte Móvel (plafond de N = M x minutos/mês do cartão pós-pago)

#### 3.2. VPN parte Móvel

Conta	Custo por cartão	N.º minutos por cartão	Custo total por conta	N.º total minutos por conta
64 Cartões pós-pagos	€ 5.00	120	€ 320.00	7680min

Tipo de comunicações incluídas no plafond	Destino das chamadas
Voz+Fax+Dados+SMS	Números MEO + MEO Rede Fixa + Outros Operadores

A sua Empresa pagará mensalmente, por todos os cartões, a quantia de € 320.00, a que corresponde um plafond de 7680 minutos, utilizáveis em comunicações de Voz+Fax+Dados+SMS, realizadas pelos cartões pós-pagos (VPN Parte Móvel) para números MEO+ MEO Rede Fixa +Outros Operadores.

É possível optar por manter o plafond mensal de minutos associado a cada cartão ou agregar o plafond dos vários cartões para uma utilização partilhada (plafond comum partilhável pelos vários cartões da conta).

#### Internet no Telemóvel

Quantidade	Trafeio incluído por cartão	Custo por cartão	Custo total
4	3 GB	€ 5,00	€ 20,00

##### 3.2.1. Comunicações efetuadas fora do plafond mensal de minutos (para componentes Móvel e fixa)

Comunicações	Preço por minuto em Tarifa Específica
<b>Chamadas nacionais de voz</b>	
OnNet MEO	€ 0
OffNet MEO – Números MEO que não pertencem à rede do Cliente	€ 0,02
OffNet – MEO Rede Fixa	€ 0,02
OffNet - Outras Redes	€ 0,02
<b>SMS</b>	
Cartões da mesma conta	€ 0
Outros destinos	€ 0,02

#### Banda Larga

Quantidade	Trafego incluído por cartão	Custo por cartão	Custo total
8	ilimitado	€ 12,20	€ 97,60

#### Plafond para equipamentos

Plafond de 9 600 euros

### 3.3. Condições de Faturação e Pagamento

O MEO reserva-se o direito de ajustar os valores monetários propostos, em função de eventuais alterações de campanhas ou de mercado.

O Cliente obriga-se a proceder à liquidação das faturas no prazo e de acordo com as modalidades nelas indicadas.

Em caso de mora no pagamento de quaisquer quantias devidas, poderão ser cobrados, juros de mora à taxa legal.

### 3.4. Duração do Contrato

Os termos e condições previstos na presente proposta pressupõem a contratação dos serviços nela descritos pelo período **3 (três) anos**, conforme definido na **Cláusula 3ª – Prazo**, do Caderno de Encargos.

### 3.5. IVA

Os preços apresentados encontram-se em Euros e estão sujeitos ao imposto IVA, que será debitado à taxa legal em vigor no momento da sua faturação.

## 4. Condições Gerais de Fornecimento

A solução técnica da VPN tem por base as seguintes funcionalidades e interfaces tecnológicas:

- As VPN Parte Fixa são efetuadas através de ligações de 2Mb-EDSS.1 em número suficiente para garantir a qualidade desejada;
- O circuito dedicado de 2Mb da VPN Parte Fixa é suportado por uma gama de numeração móvel com a modularidade mínima de 10 DDI's (em função do número de extensões pretendidas, o cliente poderá optar por conjuntos de gamas de 10 DDI's até 1000 DDI's);
- A rede de telecomunicações da sua Empresa é interligada à rede MEO através do comutador mais próximo com capacidade disponível;
- O acesso à rede MEO é garantido pela atribuição de uma gama específica de numeração do género 9659xxxx. É possível escolher uma gama com terminação semelhante à atual numeração da rede fixa, em função do conjunto de gamas disponíveis.

### 4.1. Efeitos da Adjudicação

A adjudicação da presente proposta deverá ser formalizada por escrito (via correio eletrónico, fax ou carta), identificando explicitamente esta proposta.

A receção da adjudicação por parte do MEO., pressupõe a aceitação integral, por parte do Cliente, da presente Proposta e destas "Condições Gerais de Fornecimento".

### 4.2. Prazo de Implementação da Solução

Para a componente VPN Parte Móvel, o prazo de implementação é de 15 dias úteis, a partir da data de disponibilização da informação por parte da sua empresa.

### 4.3. Cessação Antecipada de contrato

O Cliente reconhece e aceita, desde já, que a adjudicação da presente proposta obriga a um período de fidelização de 3 (três anos) e que, em caso de incumprimento dessa fidelização, terá que proceder ao pagamento dos valores correspondentes às mensalidades vincendas até ao termo do referido período, ou outro tipo de pagamento que seja estabelecido contratualmente entre o Cliente e o MEO, ficando ainda obrigado a devolver qualquer equipamento que lhe tenha sido cedido.



#### 4.4. Cedência de equipamentos

Cedência corresponde à disponibilização por parte do MEO de equipamentos terminais e/ou acessórios para utilização pela vossa empresa durante o período de vinculação à rede, após o qual, os mesmos poderão ser adquiridos mediante o pagamento de € 5,00 (+ IVA) por equipamento. Caso o Cliente não manifeste interesse na aquisição, manter-se-á o comodato dos equipamentos enquanto o cliente permanecer vinculado à rede MEO.

As condições propostas pressupõem um período de vinculação, de 36 meses, a tarifários pós-pagos MEO

Durante a vigência do contrato, o Cliente é o único responsável pela boa utilização e manutenção dos equipamentos entregues pelo MEO. Em caso de roubo ou furto, o cliente deverá participar a situação ao MEO e às autoridades competentes.

Caso o estipulado nas condições descritas não seja cumprido, a vossa empresa fica obrigada ao pagamento de € 9.600,00€ (nove mil e seiscentos euros) (+ IVA) a título de incumprimento contratual, sendo deduzida a percentagem de 33,33% por cada ano completo de vigência do contrato. A este valor acrescem as mensalidades vincendas e não vencidas, até ao final do período de vinculação, de todos os cartões que venham a ser vinculados no âmbito do contrato a celebrar, bem como ao pagamento de uma indemnização equivalente ao valor dos equipamentos terminais e/ou acessórios cedidos, à data da cedência.

Os equipamentos terminais cedidos ao abrigo do contrato possuem a garantia concedida pelo respetivo fabricante, cujas condições se encontram no manual/certificado de garantia dos equipamentos. Após este período, o MEO suportará as despesas com a reparação dos equipamentos até ao termo do período de vigência contratualmente acordado, sempre que os seus Serviços de Assistência Técnica considerem a avaria abrangida pelas condições de garantia concedidas pelo fabricante. Caso o MEO opte pela substituição do equipamento avariado, poderá disponibilizar um outro equipamento de gama ou valor equivalentes. As condições descritas não se aplicam a baterias, que apenas possuem a garantia do respetivo fabricante.

O MEO não se responsabiliza pelo fornecimento de equipamentos entretanto descontinuados pelas marcas.

#### 4.5. Assistência técnica

Caso se verifique alguma avaria nos circuitos ou anomalia na prestação do serviço, o cliente deverá comunicar a situação de imediato ao MEO, através do número 808 200 078, identificando, sempre que possível, o tipo e origem da avaria.

O serviço de assistência está disponível todos os dias, das 0h às 24 h, e é um número único de apoio técnico de serviços fixos, móveis, tecnologias e sistemas de informação para clientes MEO.

Após a comunicação da avaria, o MEO iniciará de imediato todas as diligências necessárias para a sua deteção e reparação, prevendo-se os seguintes prazos máximos de reparação, (contabilizando o tempo a partir da primeira comunicação):

- 80% (oitenta por cento) das avarias em 4h;
- 10% (dez por cento) das restantes avarias em 12h;
- 9% (nove por cento) das restantes avarias em 24h;
- 1% (1 por cento) das restantes avarias em 48h.

A contagem dos prazos indicados suspende-se sempre que as instalações do cliente não possam ser acedidas pelos técnicos encarregados da reparação da avaria.

Os custos decorrentes da assistência técnica ou da reparação de avarias serão sempre suportados pelo MEO, exceto nos casos a seguir indicados, em que o MEO se reserva o direito de cobrar o respetivo custo dos serviços prestados pelos seus técnicos, à taxa de € 125 por cada hora/homem gastos nessa atividade:

- Se a avaria for decorrente da utilização indevida da rede interna ou dos circuitos pelo cliente, por qualquer dos seus funcionários e colaboradores ou por terceiros;
- Se o cliente tiver desencadeado o processo sem qualquer razão justificativa;
- Se não for garantido ao MEO o acesso às instalações do cliente;
- Se a avaria for provocada por falha da rede interna ou qualquer outro equipamento do cliente.

## **5. Disposições Finais**

### **5.1. Prazo de validade da proposta**

A presente proposta tem um prazo de validade de 65 (sessenta e seis) dias, contados a partir da data fim do procedimento

### **5.2. Confidencialidade e Sigilo**

A MEO garante a confidencialidade das informações obtidas pelos seus colaboradores no âmbito da negociação e implementação da solução que tenham sido fornecidas pelo Cliente, exceto se estas forem já do seu conhecimento ou do conhecimento público.

O Cliente compromete-se a respeitar o sigilo sobre a informação contida nesta Proposta ou com ela relacionada e que tenha sido transmitida pela MEO.

Para a interpretação e litígios emergentes desta Proposta será aplicável a lei portuguesa e competente o foro do Tribunal da Comarca de Lisboa.

## Anexos

### 1. Descrição dos Serviços Propostos

A VPN pode ser constituída por uma rede apenas com telemóveis – VPN Parte Móvel ou por uma rede com telefones fixos e telemóveis em simultâneo – VPN Parte Fixa + Parte Móvel.

### 2. Resumo das características do serviço

Relativamente ao serviço VPN, evidenciam-se as seguintes características:

A VPN pode ser constituída por:

- Telemóveis (associados a cartões pós-pagos do MEO) – elementos OnNet (VPN Móvel);
- Telefones fixos (PABX do cliente) – elementos OnNet (VPN Fixa);
- Números externos que não pertencem à VPN, mas para os quais é possível ligar marcando extensões elementos Virtual OnNet;

Os telefones da VPN podem ter extensões associadas com números de 2 a 8 dígitos;

As comunicações entre elementos OnNet podem ser realizadas marcando apenas as extensões;

Os elementos exteriores à VPN – elementos OffNet - não podem utilizar um plano de numeração privado para aceder à VPN;

É possível barrar chamadas (voz, fax, dados GSM e SMS) em função do seu destino:

- Chamadas para números OnNet;
- Chamadas para números OffNet;
- Chamadas para números Virtual OnNet;

É possível barrar chamadas para todos os números de uma VPN ou para extensões específicas, utilizando listas de números proibidos.

As chamadas realizadas entre os números pertencentes à rede VPN são tráfego OnNet quer se utilizem as extensões (números abreviados) ou os números gerais 96XXXXX da rede MEO.

### 3. VPN Parte Fixa

A parte fixa da VPN consiste na ligação da central telefónica da empresa à rede MEO, através de uma mini-central de comutação de chamadas e de um circuito dedicado. Com esta ligação, os telefones da empresa passam a ter associado um número móvel MEO para a receção e realização de chamadas.

A VPN Parte Fixa permite assim:

- Realizar chamadas para a rede MEO através dos telefones fixos da empresa, como se estivessem a ser utilizados telemóveis MEO;
- Utilizar um número móvel MEO nos telefones fixos da empresa para receber chamadas provenientes da rede MEO;
- Realizar chamadas para a parte fixa de outra VPN;

As chamadas realizadas para a rede MEO são classificadas do seguinte modo:

- Chamadas OnNet – chamadas efetuadas pelos telefones fixos da empresa para números MEO da VPN;
- Chamadas OffNet – chamadas efetuadas pelos telefones fixos da empresa para números que não pertencem à VPN;
- Chamadas Virtual-OnNet – chamadas efetuadas pelos telefones fixos da empresa para números que não fazem parte da VPN, mas beneficiam de alguma condição especial (definida pelo cliente).

### 4. VPN Parte Móvel

A parte móvel da VPN é uma rede móvel privada dentro da rede do MEO que reúne todos os cartões móveis da solução.

